

A DISCIPLINA DE GEOGRAFIA NO CURRÍCULO NACIONAL DO ENSINO BÁSICO (3º CICLO): POSSÍVEIS INTERPRETAÇÕES E (RE)INTERPRETAÇÕES POR PARTE DE DIFERENTES ACTORES

Felisbela Martins

Docente do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Doutoranda da Faculdade Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Resumo

Em 2001 foi publicado em Portugal o Currículo Nacional do Ensino Básico, documento que reorganiza curricularmente este nível de ensino. Documento de referência fundamental para a gestão do currículo das escolas portuguesas, traça orientações para o conjunto de experiências educativas e as competências essenciais a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, as gerais e as específicas, de cada área disciplinar ou disciplina.

Desde a sua implementação até aos nossos dias, ao nível da formação inicial de professores, no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto foram produzidos documentos de trabalho que reflectem a interpretação dos documentos dimanados pelo Ministério da Educação. Estes documentos foram partilhados com os alunos, futuros professores, mas também com os orientadores de estágio durante sessões de formação.

Este artigo tem como intenção explicitar pontos de referência do Currículo Nacional e das Orientações Curriculares de Geografia (3º ciclo), apresentar algumas das propostas interpretativas por parte do Departamento e pontos de partida para um trabalho empírico a ser levado a cabo com os Orientadores de Estágio. Pretende ainda realçar as interpretações e as (re)interpretações por parte dos diferentes actores envolvidos, em relação aos documentos oficiais e aos produzidos na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

INTRODUÇÃO

Desde 2001 que o Currículo Nacional do Ensino Básico se encontra em vigor. No que diz respeito ao 3º Ciclo, essa reformulação iniciou-se no ano lectivo de 2002/2003, tendo sido a partir daí implementado em todas as Escolas portuguesas.

Também desde essa altura, no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, foram produzidos textos e documentos que procuram analisar e interpretar os documentos oficiais. Com a focalização do currículo no desenvolvimento de competências procurou-se contribuir para uma visão da gestão do currículo da Geografia onde se deu importância à concepção e esquemas de planificação ajustadas às novas necessidades, a uma gestão integrada das orientações curriculares, a um possível guião de competências específicas e à sua simplificação funcional.

Este processo de interpretação foi progressivamente ponderado nas disciplinas da área da Didáctica da Geografia, junto dos alunos, futuros professores. Mas também foi um processo difundido junto dos Orientadores de Estágio, também eles, docentes nas Escolas.

O estudo que aqui apresentamos, teve como objectivo obter informação sobre como os Orientadores de Estágio de Geografia, que colaboram com a Faculdade de Letras, estão a interpretar o Currículo Nacional do Ensino Básico a partir dos documentos curriculares produzidos no Departamento de Geografia.

Neste sentido, levámos a efeito uma sessão de uma discussão focalizada em grupo com os Orientadores, com o fim de recolher informação sobre as suas opiniões, pensamentos e emoções sobre o tema em estudo.

Este artigo encontra-se organizado em quatro pontos. No primeiro fizemos referência, de forma breve aos enunciados do Currículo Nacional do Ensino Básico e sua génese, seguindo-se-lhe breves apontamentos sobre as Orientações Curriculares para a disciplina de Geografia. No ponto seguinte apresenta-se uma descrição do trabalho desenvolvido no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, seguindo-se-lhe a apresentação do trabalho empírico levado a cabo. Por fim, apresentamos breves considerações finais, dado que o estudo ainda se encontra em estado embrionário.

A REORGANIZAÇÃO CURRICULAR E O CURRÍCULO NACIONAL DO ENSINO BÁSICO

Portugal, nos finais dos anos 90 do século passado, assistiu, ao nível do Ensino Básico a uma Reorganização Curricular e à publicação do Currículo Nacional para este nível de Ensino. Esta revisão curricular resultou de um processo, que foi longo, desenvolvido pelo Ministério da Educação, junto da comunidade educativa, envolvendo muitas Escolas e Instituições do Ensino Superior, professores de diferentes níveis de ensino e Associações, e que resultou no processo de Reflexão Participada do Currículo do Ensino Básico. Este, fez emergir novas formas de conceber o currículo que passou a ser concebido como um projecto, onde surge uma redefinição dos papéis da Escola e dos professores.

O Currículo ao ser entendido como projecto implica pensar numa Escola onde o professor deixa de ser um transmissor e cumpridor do programa, num trabalho individualizado ao nível da sua disciplina e o aluno é um receptor da informação. Antes pelo contrário, implica pensar numa escola em que o docente é um mediador/configurador do currículo, onde o trabalho em equipa é primordial e o aluno tem uma participação na sua própria aprendizagem. O currículo deixa de ser entendido como um conjunto de matérias a serem leccionadas mas sim como “um conjunto de intenções, meios e acções que permitem aos alunos participarem activamente na construção dos seus saberes e desenvolverem-se de uma forma positiva, tanto pessoal, como social (Leite, 1999:4). Ainda segundo a mesma autora (*ibidem*) “não se trata (...) de algo que é concebido isoladamente, mas sim, de um conjunto de processos que são construídos colectivamente”. Isto implica uma Escola e uma comunidade educativa capaz de promover a

dinamização de projectos educativos que visem mais e melhores aprendizagens, na perspectiva de desenvolvimento de competências à saída do ensino básico. Isto implica também que os professores trabalhem, não isoladamente, mas de uma forma colaborativa e que sejam eles configuradores do Currículo.

Regulamentado pelo Decreto-Lei 6/2001 de 18 de Janeiro, o Currículo Nacional do Ensino Básico passa a ser entendido como um conjunto de competências consideradas essenciais, gerais e específicas, e um conjunto de aprendizagens que devem ser proporcionadas aos alunos ao longo deste nível de ensino. Estamos perante uma organização do currículo diferente das anteriores, que dá ênfase à noção de competência e ao desenvolvimento das competências a serem desenvolvidas ao longo do Ensino Básico.

Segundo o Currículo Nacional do Ensino Básico dimanado pelo Ministério da Educação, mais propriamente pelo Departamento do Ensino Básico (ME, 2001:9), todos os cidadãos devem desenvolver, “na sua passagem pela educação básica, (...) um certo número de conhecimentos e a apropriação de um conjunto de processos fundamentais” que devem ser progressivamente integrados “num conjunto mais amplo de aprendizagens”, de modo a enfatizar o desenvolvimento de capacidades de pensamento e de atitudes, valores e procedimentos.

Ora esta perspectiva está imbricada com a noção de competência desenvolvida. Esta é “uma noção ampla, onde conhecimentos, capacidades e atitudes estão integrados, melhor mobilizados” ou, como referencia o Ministério da Educação (*ibidem*), “em acção ou em uso”. Segundo a mesma fonte, o conceito de competência diz respeito ao “processo de activar recursos (conhecimentos, capacidades, estratégias) em diversos tipos de situações, nomeadamente situações problemáticas”.

Este posicionamento do Ministério da Educação, relativo a este conceito chave, segue a posição de Perrenoud (1999:7) que o define como “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles” e que é acompanhado por Roldão (2003:20) quando afirma que competência é “saber que se traduz na capacidade efectiva de utilização e manejo – intelectual, verbal ou prático - e não a conteúdos acumulados com os quais não sabemos nem agir no concreto, nem fazer qualquer operação mental ou resolver qualquer situação nem pensar com eles”. Por seu turno, para Zabala e Arnau (2007:43), competência “é a capacidade ou habilidade de efectuar tarefas ou fazer frente a situações diversas de forma eficaz num contexto diversificado. E para isso é necessário mobilizar atitudes, habilidades e conhecimentos ao mesmo tempo e de forma inter-relacionada”.

Como diz Perrenoud (2001:10) o conceito “não está estabilizado” e “não existe uma definição clara e partilhada das competências”(1999:19). Gimeno Sacristán, citando Weinert (2008:38),

dada a dispersão de significados recomenda que “competência seja considerada como uma aprendizagem, que tenha ou guarde uma série de requisitos, para realizar acções com êxito em tarefas relativas a campos significativos, tanto na dimensão do individual, como na inter-relação entre as pessoas”.

Parece ser evidente que o conceito está longe de despertar consenso entre os investigadores educacionais, mas ele engloba a noção de inter-relação de saberes (conceptuais, atitudinais e procedimentais) e a sua mobilização. O seu carácter integrador e mobilizador de um conjunto vasto de conhecimentos parecer ser a linha mestra que o orienta.

Saber usar os saberes que se consideram fundamentais, para todos os cidadãos, na sociedade actual é, pois, um dos objectivos do Currículo Nacional e para tal o Ministério da Educação identificou as competências essenciais, tanto ao nível geral como nas diversas áreas do currículo.

Ao nível das competências gerais foram equacionadas 10¹ que devem ser promovidas gradualmente ao longo da educação básica em todas as áreas curriculares. Para tal, o Ministério da Educação apresentou uma clarificação ao nível da sua operacionalização, com carácter transversal, referindo que os “professores das respectivas áreas curriculares devem explicitar de que modo essa operacionalização transversal se concretiza e se desenvolve em cada campo específico do saber e para cada contexto de aprendizagem do aluno”(idem:16). No Currículo Nacional, foi indicado para cada competência geral um conjunto de acções relativas à prática docente que se reconhecem essenciais para o adequado desenvolvimento dessa competência nas diferentes áreas e dimensões do currículo da educação básica.

No tocante às competências específicas, as orientações consignadas a que nos estamos a reportar informam que se trata “de identificar os saberes que permitem aos alunos desenvolver uma compreensão da natureza e dos processos de cada uma disciplina, assim como uma atitude positiva face à actividade intelectual e ao trabalho prático que lhe são inerentes”. (idem:10)

Ora, esta forma de pensar e gerir o currículo implica uma redefinição dos papéis e acções dos professores. Enquanto responsáveis e actores do campo da educação, é-lhes atribuído o papel de identificarem e interpretarem problemas educativos procurando soluções para a sua resolução. Os professores nas escolas, no seu grupo disciplinar, em cada uma das suas turmas passam a ter um papel central na gestão do currículo.

Perante o Currículo Nacional, a Escola, entendida como um espaço privilegiado para a formação de cidadãos activos e intervenientes, passa a estar comprometida com a formação de jovens capazes de pensar por eles próprios e serem autónomos face a diferentes situações dos seus quotidianos. Isto implica uma mudança das práticas em contexto fora da sala de aula, mas

sobretudo dentro do espaço aula, privilegiando-se o recurso a metodologias activas que preconizem aprendizagens contextualizadas e significativas.

AS ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A DISCIPLINA DE GEOGRAFIA (3º CICLO)

Ao nível da disciplina de Geografia, e segundo o documento Currículo Nacional do Ensino Básico - Competências Essenciais (ME, 2001:107), a formulação das competências específicas da disciplina tiveram em conta “uma perspectiva integradora de atitudes, capacidades e conhecimentos que os alunos devem desenvolver através da educação geográfica”. No final, a apropriação de um conjunto de competências deve tornar os jovens cidadãos geograficamente competentes. Segundo o Departamento do Ensino Básico, “o cidadão geograficamente competente é aquele que possui o domínio das destrezas espaciais e que demonstra ser capaz de visualizar espacialmente os factos, relacionando-os entre si, de descrever correctamente o meio em que vive ou trabalha, de elaborar um mapa mental desse meio, de utilizar mapas de escalas diversas, de compreender padrões espaciais e compará-los uns com os outros, de se orientar à superfície terrestre”. Além destas destrezas espaciais, um cidadão geograficamente competente é também aquele que (*ibidem*) “é capaz de interpretar e analisar criticamente a informação geográfica e entender a relação entre identidade territorial, cultural, património e individualidade regional”.

Para além destes pressupostos, o Ministério da Educação desenhou orientações no sentido de indicar as acções a serem levadas a cabo pelos docentes, para que os jovens, ao frequentar o Ensino Básico, se venham a tornar cidadãos geograficamente competentes. Deste modo, ao longo do processo ensino – aprendizagem, prevê-se que os promovam experiências educativas com o fim de serem desenvolvidas competências ligadas à pesquisa. E nesse sentido, devem ser levados a desenvolver experiências em que os alunos aprendam a observar, registar, tratar informação, levantar hipóteses a formular conclusões e apresentar resultados. As destrezas geográficas deverão ser desenvolvidas quer ao nível do trabalho de campo, como do trabalho de grupo, o que favorece a promoção de ideias e a produção de conclusões.

Para se tornarem geograficamente competentes, e citando ainda a tutela (ME, 2001:109), os alunos deverão ter acesso a uma educação geográfica, em que aprendam a responder a um conjunto de questões como: Onde se localiza?, Por que se localiza?, Como se distribui?, Quais as características? Que impacte? E como deve ser gerido para benefício mútuo da humanidade e do ambiente?

E a procura de respostas para as questões geográficas implica investigar a localização, situação, interacção, distribuição espacial e diferenciação de fenómenos à superfície terrestre. Assim, consta nos documentos oficiais, a decisão de se agrupar as competências em três

domínios: A Localização, O Conhecimento dos Lugares e Regiões e o Dinamismo das inter-relações entre Espaços.

Ainda segundo o Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais (*ibidem*) estes três domínios contribuem para o desenvolvimento das competências gerais do ensino básico e foram enunciadas algumas das articulações possíveis entre as competências gerais e as competências específicas da Geografia².

Através das diferentes experiências de aprendizagem sugeridas, as competências deverão ser desenvolvidas ao longo dos três ciclos do Ensino Básico, e os docentes de Geografia poderão organizar o processo de ensino - aprendizagem, da forma que considerarem mais adequados aos contextos da sua escola e turma, dando oportunidade aos alunos para realizarem actividades que lhe permitam desenvolver a competência de saber pensar o espaço e serem capazes de actuar no meio em que vivem³.

Segundo esta perspectiva o Ministério da Educação traçou para cada ciclo um conjunto de competências específicas e experiências de aprendizagem. Enquanto no 1º ciclo essas competências específicas e experiências de aprendizagem devem ser desenvolvidas numa grande área denominada “À descoberta do Ambiente Geográfico”, no domínio do Estudo do Meio, no 2º ciclo, a educação geográfica integra-se na disciplina de História e Geografia de Portugal.

Se no 1º ciclo é importante que os jovens tenham contacto com o meio ambiente, onde vivem as pessoas e os outros seres, descrevendo e explicando as inter-relações entre os fenómenos geográficos (naturais e humanos) em diferentes lugares ou regiões, no 2º ciclo as competências são definidas relativamente ao conhecimento do território português, de modo que os alunos desenvolvam uma identidade de base territorial, tendo em conta a relação entre o ambiente, a sociedade, a cultura e o património, de modo a permitir a cada indivíduo consolidar o sentimento de pertença ao país e a favorecer a capacidade de intervenção cívica.

As competências da geografia são definidas relativamente à área “À descoberta de Portugal e da Península Ibérica” e a disciplina deve permitir ampliar conhecimentos e competências adquiridos no Estudo do Meio e proporcionar o tratamento de noções a serem retomadas e ampliadas na área de Ciências Sociais e Humanas (3º ciclo), a partir deste nível de ensino na disciplina de História e na disciplina de Geografia, que se encontram individualizadas. E no seguimento desta estrutura, partindo do princípio que à medida que os jovens se desenvolvem física, emocional e intelectualmente vão também evoluindo na capacidade de compreender o Mundo, o Ministério da Educação invoca que neste ciclo de estudos, e no campo da Geografia, deve ser fomentada a curiosidade junto dos jovens pela descoberta do Mundo e dar-lhes a oportunidade para explorar novos lugares e espaços à superfície terrestre. Assim, conhecer o

lugar onde se vive, a rua, a vila, a cidade, a região e o país não é suficiente, porque somos cidadãos da Europa e do Mundo. Daí a disciplina dever ser desenvolvida em torno de um tema organizador “À Descoberta de Portugal, da Europa e do Mundo”, em torno do qual gravitam as seis grande temáticas consignadas nas Orientações Curriculares da Geografia⁴.

Saber pensar o espaço e ser capaz de actuar no meio é a competência a ser desenvolvida no final da Educação Básica, estabelecendo o Ministério da Educação, 21 competências específicas para a disciplina organizadas segundo os três domínios já enunciados, e apresentados no Quadro I, assim como um conjunto de experiências educativas, às quais podem ser acrescidas outras pelos docentes, de acordo com o processo de ensino – aprendizagem preconizado.

AS INTERPRETAÇÕES DOS DOCUMENTOS LEGAIS JUNTO DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

A entrada em vigor do Decreto-Lei 6/2001, produziu efeitos a partir do ano lectivo de 2002-2003 para o 7º ano e nos anos subsequentes para os 8º e 9º anos.

Tendo em atenção esta forma de encarar o Currículo Nacional, foi preocupação das docentes do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ligadas à formação inicial de docentes, proceder à sua análise, interpretação e seu desenvolvimento.

Este trabalho desenrolou-se junto dos discentes, ao nível das disciplinas, primeiro de Metodologias do Ensino de Geografia (disciplina do 4º ano) na lógica da formação integrada e a partir de 2004/2005 nas disciplinas da área da Didáctica da Geografia, Gestão Curricular em Geografia ou Ensino da Geografia em Portugal e na Europa e Metodologias Didácticas em Geografia ou Análise das Aprendizagens de Geografia do Curso de Especialização em Ensino da Geografia.

Mas esse trabalho de análise e interpretação do Currículo Nacional foi também levado a cabo junto dos Orientadores de Estágio. De acordo com o Regulamento do Estágio, tanto o integrado como o do Curso de Especialização, foram realizadas reuniões e sessões de formação com os orientadores de Estágio de Geografia, onde se privilegiou a familiarização com a pertinência e especificidade da educação geográfica, com a gestão do currículo, metodologias de ensino e mesmo de avaliação da aprendizagem. Nessa análise estiveram em foco os Programas e Orientações Curriculares, apresentaram-se propostas de guiões didácticos, de planificações de ano e de unidades didácticas organizadas em torno de situações educativas agregadoras na intenção de contribuírem para uma gestão integrada das orientações curriculares e propuseram-se alterações às competências específicas da Geografia, numa perspectiva de simplificação funcional. Perante a flexibilidade curricular, tentou-se romper

com lógicas clássicas de mera sequencialização dos modos de organizar e gerir o currículo. A orientação seguida foi de focalizar o nosso trabalho no desenvolvimento de um currículo, que se quer, agora, gerador do desenvolvimento de competências. Como afirma Ramalho (2005:423), “enfim, concebemos, reflectimos, reconcebemos, aplicamos, repensamos todo o processo, numa espiral sem fim”, junto dos alunos. Esta mesma linha foi seguida com os Orientadores de Estágio que com os seus estagiários tinham e têm como missão, também eles, gerir um currículo e conduzir o processo de ensino – aprendizagem de modo adequado, e no sentido de criar condições de mobilização de saberes em situações concretas e diversificadas.

A Localização

Ser capaz de:

Comparar representações diversas da superfície da Terra, utilizando o conceito de escala;
Ler e interpretar globos, mapas e plantas de várias escalas, utilizando a legenda, a escala e as coordenadas geográficas;
Localizar Portugal e a Europa no Mundo, completando e construindo mapas;
Localizar lugares utilizando plantas e mapas de diferentes escalas;
Descrever a localização relativa do lugar onde vive, utilizando como referencia a região do país onde se localiza, o país, a Europa e o Mundo.

O Conhecimento dos lugares e regiões

Ser capaz de:

Utilizar o vocabulário geográfico em descrições orais e escritas de lugares, regiões e distribuições de fenómenos geográficos;
Formular e responder a questões geográficas (Onde se localiza? Como se distribui? Porque se localiza/distribui deste modo? Porque sofre alterações?), utilizando atlas, fotografias aéreas, bases de dados, CD-ROM e internet;
Discutir aspectos geográficos dos lugares/regiões/assuntos em estudo, recorrendo a programas de televisão, filmes, videogramas, notícias da imprensa escrita, livros e enciclopédias;
Comparar distribuições de fenómenos naturais e humanos, utilizando planisférios e mapas de diferentes escalas;
Ordenar e classificar as características dos fenómenos geográficos, enumerando os que são mais importantes na sua localização;
Seleccionar as características dos fenómenos geográficos responsáveis pela alteração das localizações;
Realizar pesquisas documentais sobre a distribuição irregular dos fenómenos naturais e humanos a nível nacional, europeu e mundial, utilizando um conjunto de recursos que incluem material audiovisual, CD_ROM, internet, notícias da imprensa escrita, gráficos e quadros de dados estatísticos;
Seleccionar e utilizar técnicas gráficas, tratando a informação geográfica de forma clara e adequada em gráficos(lineares, histogramas, sectogramas, pirâmides etárias), mapas (de manchas ou outros) e diagramas;
Desenvolver a utilização de dados/índices estatísticos, tirando conclusões a partir de exemplos reais que justifiquem a conclusões apresentadas;
Problematizar as situações evidenciadas em trabalhos realizados, formulando conclusões e apresentando-as em descrições escritas e/ou orais simples e ou em material audiovisual;
Utilizar técnicas e instrumentos adequados de pesquisa em trabalho de campo (mapas, entrevistas, inquéritos), realizando o registo da informação geográfica;
Analisar casos concretos e reflectir sobre soluções possíveis, utilizando recursos, técnicas e conhecimentos geográficos.

O Dinamismo das inter-relações entre espaços

Ser capaz de:

Interpretar, analisar e problematizar as inter-relações entre fenómenos naturais e humanos evidenciadas em trabalhos realizados, formulando conclusões e apresentando-as em descrições escritas e ou orais simples e ou material audiovisual;
Analisar casos concretos de impacte dos fenómenos humanos no ambiente natural, reflectindo sobre as soluções possíveis;
Reflectir criticamente sobre a qualidade ambiental do lugar/região, sugerindo acções concretas e viáveis que melhorem a qualidade ambiental desses espaços;
Analisar casos concretos de gestão do território que mostrem a importância da preservação e conservação do ambiente como forma de assegurar o desenvolvimento sustentável.

Quadro I – As Competências Específicas da Disciplina de Geografia – 3º Ciclo

(D)AS INTERPRETAÇÕES FEITAS E (ÀS) (RE) INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS

Agora que mais uma vez o modelo de formação inicial de professores de geografia vai mudar e, há já alguns anos, o Currículo Nacional está implementado e difundido por todo o país, parece ser importante perceber em que medida, este, e o trabalho dinamizado pelo Departamento de Geografia tem sido interpretado pelos Orientadores de Estágio.

Foi nosso objectivo ouvir as opiniões das e dos docentes enquanto grupo, sobre o Currículo Nacional do Ensino Básico, sobre as Orientações Curriculares para a disciplina de Geografia e sobre os documentos produzidos junto do Departamento. E, no sentido que queremos compreender as interpretações e (re)interpretações feitas por estes, pareceu-nos de primordial importância produzir momentos em que eles expressem as suas opiniões quanto ao trabalho que têm vindo a desenvolver e a pôr em prática.

Os grupos de discussão focalizada ao serem ocasiões destinadas a reunir dados sobre um assunto específico criam uma interacção que favorece a troca de experiências e a expressão de pontos de vista dos diversos elementos presentes.

Proceder à realização de um grupo de discussão focalizada, pareceu-nos ser o melhor processo metodológico, na medida em que, estes, e segundo Morgan (1998:9), na sua essência, “são ocasiões especializadas destinadas a reunir dados sobre um tema específico” e são (*ibidem*) “uma forma de ouvir as pessoas e aprender sobre elas (...) onde há uma contínua comunicação entre o moderador e os participantes, assim como entre eles”. Ainda Kitzinger (1999:4) afirma que os grupos de discussão focalizada são “grupos de discussão que exploram um conjunto específico de temas”, enquanto para Tonkiss (2008:194), um grupo de discussão focalizada é “um pequeno grupo de discussão focado num tópico particular orientado por um moderador”. Parece ser consensual que o grupo que realiza a discussão está focado num tema e ao discuti-lo interage e troca experiências e pontos de vista, gerando informação quer para eles próprios, quer para o investigador.

Procedeu-se então à realização de uma sessão de discussão focalizada com o intuito de conhecer a opinião, pensamento e emoções face à sua adesão, mas também a rejeição às características do Currículo Nacional, de modo a conhecer a opinião destes formadores sobre potencialidades e limites que o Currículo Nacional confere e que processos desencadeia. Foi ainda objectivo perceber, junto dos orientadores, em que medida os documentos produzidos na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mais propriamente no Departamento de Geografia e na formação inicial de professores, viabilizam ou dificultam a concretização da aprendizagem em Geografia e promovem ou não a formação inicial de professores. Finalmente, foi objectivo deste procedimento de pesquisa conhecer as expectativas que estes

orientadores têm sobre os modos de trabalho pedagógico que irão ser desenvolvidos pelos (ex)estagiários, após terem acabado o Estágio e se inserirem no mundo do trabalho docente.

Nesse sentido, ouvir as opiniões das e dos orientadores enquanto grupo foi fundamental na opção pelo modo como foi organizado o grupo de discussão focalizada.

A característica chave dos grupos de discussão focalizada está na qualidade dos dados advindos da interacção entre os seus membros. No nosso caso, usámo-lo como objectivo de ouvir e conhecer as opiniões e pensamentos do grupo quanto ao Currículo Nacional do Ensino Básico, as Orientações Curriculares de Geografia (3º ciclo) e ainda as interpretações que fazem do documento emanado. Foi objectivo obter conhecimento produzido enquanto grupo, pois só assim se pode conhecer o sentido colectivo destes intervenientes enquanto docentes de geografia e as suas interpretações da realidade com que trabalham no campo curricular.

O grupo de discussão focalizada constituído foi composto por sete orientadores de estágio. Apesar de todos terem em comum a sua profissão e actividade, é um grupo heterogénio na medida em que uns são orientadores há mais de vinte anos e outros só há dois, uns de forma continuada e outros forma descontinuada. Até ao momento realizou-se apenas a primeira sessão e depois da análise dos dados, caso seja necessário, realizar-se-á pelo menos mais outra. Apesar do grupo já se conhecer nunca tinham participado numa reunião de discussão focalizada e quando se realizou esta primeira sessão, nunca tinha discutido entre os elementos, individualmente ou em grupo, qualquer um dos temas ou questões que estiveram em foco.

Nesta primeira sessão, aos orientadores, que não sabiam previamente o tema, nem as questões que iriam ser abordadas, sabendo apenas que os seus contributos eram fundamentais para um trabalho de investigação, foram apresentados a cada um, um grupo de cartões onde constavam frases significativas e retiradas dos Documentos Oficiais⁵. Também foi apresentado o documento sobre a perspectiva da simplificação funcional e guião de competências específicas de Geografia elaboradas no Departamento da Faculdade. (ver Quadro II a e b). Estes documentos foram acompanhados também por uma frase conducente a suscitar a discussão.⁶

À medida que a discussão focalizada teve lugar, o grupo foi confrontado com um conjunto de questões semi-estruturadas, também elas previamente seleccionadas e a discussão durou cerca de duas horas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terminada esta sessão de discussão realizamos a recolha das informações, e estamos a fazer o seu tratamento através da análise de conteúdo. É nosso objectivo fazer inferência, e portanto, interpretação, dos discursos dos orientadores, tanto patentes como latentes na comunicação que existiu durante a reunião de discussão focalizada. Esperamos trabalhar os dados de forma a

obter uma leitura clara para poder inferir e interpretar as opiniões e pensamentos destes, sobre o Currículo Nacional do Ensino Básico, as Orientações Curriculares de Geografia e os documentos produzidos na formação inicial de professores na Faculdade de Letras. Esperamos perceber as práticas que estão a ser implementadas nas Escolas, após alguns anos de ter sido publicada e iniciada esta Reestruturação Curricular.

Numa primeira interpretação, podemos aferir que o grupo de orientadores que estiveram nesta primeira sessão de discussão focalizada demonstrou possuir uma opinião sobre o Currículo Nacional algo ambígua e até contraditória. Pelo discurso apresentado, foi bem evidente que o conceito de competência não está verdadeiramente incorporado, já que o confundiam com o de conteúdo temático a ser ministrado, já que o usavam como alternativa a objectivos, e, o conceito de experiência educativa, praticamente não foi abordado, pese embora, ele estar expresso na frase fornecida para discussão. Verificou-se ainda que, uns fortemente advogaram que o Currículo Nacional centra-se nos conteúdos a transmitir, demonstrando desapontamento, face a conteúdos geográficos retirados, e que constam agora em programas de outras disciplinas, outros revelaram um discurso mais coerente com o próprio conceito de competência expressos nos documentos oficiais. Assumem que aderiram ao Currículo Nacional, aceitam as suas potencialidades “enquanto pensamos todos juntos e não individualmente para darmos conteúdos”, mas também invocam que a maior parte dos docentes das Escolas não conhecem o Currículo Nacional, nem mesmo as Orientações Curriculares de Geografia, e, os professores usam “uma linguagem moderna”, mas continuam a pensar individualmente e disciplinarmente, registando-se um desfazamento entre o prescrito a nível nacional e as práticas a nível local.

Quanto confrontados com as competências específicas da disciplina da Geografia dimanadas pelo Ministério da Educação e a sua simplificação funcional originada no Departamento de Geografia, os orientadores assumem que são utilizadas pelos estagiários, mas que não ultrapassa esse âmbito. Os documentos em discussão, assim como outros elaborados no Departamento de Geografia, ajudam os processos de aprendizagem, mas, é apenas usado pelo grupo que está envolvido com a formação inicial. As diversas linguagens dentro da escola e dentro do grupo disciplinar, a excessiva carga horária, o número excessivo de turmas por professor, o número reduzido e/ou excessivo de professores da mesma disciplina por escola, a excessiva burocratização nestas, deixa pouco tempo para reflectir, partilhar e usar.

No tocante à formação inicial de professores parece ser unânime que os documentos oficiais e os desenvolvidos junto das docentes da Faculdade de Letras, são importantes. Contudo, eles raramente são usados para além do ano de inserção profissional. Quanto muito ficam incorporados nos documentos de planificação arquivados em dossiers. As competências

específicas da disciplina e o seu desenvolvimento junto dos alunos, que deveriam ser incorporadas nas aulas, não ocorre. As aulas são mais “centradas nos objectivos até para estarem de acordo com os exames” e o desenvolvimento de competências desaparece totalmente ao nível da avaliação. É incontestável, na opinião do grupo, que os estagiários ganham ferramentas têm mestria, em especial ao nível da linguagem, têm alguma autonomia, mas acabam por entrar na rotina das escolas e, salvo raras excepções, as práticas ficam confinadas ao ano de estágio.

Por fim, quanto aos modos pedagógicos que estão a ser apropriados no ensino e que aprendizagens estão a ser desencadeadas, novamente surgiu a dicotomia entre as opiniões dos orientadores. Para uns, tem levado os alunos a aprender e ganhar autonomia, para outros é patente a falta de conhecimento, de rigor e mesmo disciplina.

Estas considerações são as primeiras a serem inferidas a partir da primeira sessão de discussão focalizada. Outras sessões seguirão para se poder aprofundar e realçar as interpretações e (re)interpretações do Currículo Nacional do Ensino Básico, por parte dos diferentes actores envolvidos

NOTAS

1- As dez Competências Gerais

- (1) – Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano,
- (2) – Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar;
- (3) – Usar correctamente a língua portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar pensamento próprio;
- (4) – Usar línguas estrangeiras para comunicar adequadamente em situações do quotidiano e para apropriação de informação;
- (5) Adoptar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas a objectivos visados;
- (6) – Pesquisar, seleccionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável,
- (7) – Adoptar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada, de decisões;
- (8) – Realizar actividades de forma autónoma, responsável e criativa;
- (9) – Cooperar com outros em tarefas e projectos comuns;
- (10) – Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal e interpessoal promotora da saúde e da qualidade de vida. ME, DEB:2001, p.15

2- Algumas articulações possíveis entre as competências gerais e as específicas da geografia:
*Mobilização dos diferentes saberes (culturais, científicos, tecnológicos) para compreender a realidade explorando a dimensão conceptual e instrumental do conhecimento geográfico no estudo de situações concretas de modo a conhecer o Mundo; • Utilização de diferentes tipos de linguagem como textos, quadros, mapas, gráficos, fotografias, filmes e videogramas, como forma de recolher, analisar e comunicar a informação geográfica; • Adopção de metodologias de trabalho adequadas à escala de análise e à diversidade dos fenómenos geográficos em estudo; • Pesquisa, selecção e organização da informação geográfica necessária à análise e compreensão de problemas concretos do Mundo; • Realização de actividades de forma autónoma e criativa, como trabalho de campo, simulações, jogos, estudo de situações concretas, mobilizando os conhecimentos geográficos;• Cooperação com os outros em projectos e trabalhos comuns, realizando actividades em grupo, discutindo diferentes pontos de vista, reflectindo sobre a experiência individual e a percepção que cada um tem da realidade, de modo a compreender a relatividade do conhecimento geográfico do mundo real. ME, DEB:2001, P.109

3 – Segundo o ME “Os seis temas programáticos podem ser estudados separadamente ou de forma integrada. A sua distribuição ao longo dos três ciclos do 3º Ciclo do ensino Básico deve ser articulada com os Projectos Curriculares da Escola e de Turma, nunca descurando uma lógica de Ciclo. No entanto, o tema “Representações da Terra”, dada a natureza dos conteúdos, deve ser sempre estudado em primeiro lugar”. (ME, 2001:9)

4 -Os seis temas programáticos da geografia do 3º Ciclo são: A Terra: Estudos e Representações; Meio Natural; População e Povoamento; Actividades Económicas; Contrastes de Desenvolvimento; Ambiente e Sociedade. ME, DEB:2002

5- O Estudo da Geografia e o desenvolvimento das competências essenciais, através das várias experiências educativas que devem ser proporcionadas aos alunos ao longo do processo educativo do Ensino Básico, permite que as crianças e os jovens completem a educação básica com o conhecimento sistematizado do seu próprio país, de outros e do Mundo”. Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais, ME, DEB:2002. “ A gestão do currículo deve incidir mais nos aspectos interpretativos das diversas experiências educativas do que nos aspectos descritivos dos conteúdos programáticos. A Educação Geográfica, deve permitir aos alunos aprender a aplicar conceitos (...) levando ao desenvolvimento de um conjunto de competências que lhes permitam saber observar e pensar o espaço e serem capazes de actuar no meio” Geografia. Orientações Curriculares. 3º Ciclo. ME, DEB:2002

6 - “A leitura atenta dos 21 enunciados e, sobretudo, o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos sugerem a vantagem da simplificação desse elenco, de modo a garantir uma maior funcionalidade. Saliente-se a tal propósito a possibilidade de: - junção das terceira e quarta competência do domínio da “Localização” num único enunciado; - anulação (por diluição) da primeira competência do domínio do “Conhecimento dos Lugares e regiões”; - restrição da segunda competência do Conhecimento dos lugares e regiões” à primeira intenção (formular questões...), dado que a outra intenção expressa (Responder a questões ...) acaba por estar subjacente a vários dos restantes enunciados e porque as duas referidas intenções envolvem diferentes graus de dificuldade de consecução; - reordenação das competências do âmbito do “Conhecimento dos lugares e regiões”, com base na ênfase mais intelectual ou mais técnica de cada uma”. Podemos, então, chegar a uma nova listagem com 19 competências específicas (Quadro1)”.

Ramalho. M.H “A Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e as possibilidades de rentabilização do conceito “paisagem”. *Revista da Faculdade de Letras, Geografia, Universidade do Porto*.

BIBLIOGRAFIA

Kitzinguer, J., Barbour, Rosaline, S. “Introduction:the challenge and promise of focus group” in *Developing Focus Group Research Politics, Theory and Praticice London*,Sage Publications

Leite, Carlinda (1999), “ A Flexibilidade Curricular na Construção de uma Escola mais democrática e mais inclusiva”, in *Território Educativo*, nº7.

ME-DEB (2001), *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais*, Lisboa.

ME –DEB (2002), *Geografia. Orientações Curriculares – 3º ciclo*, Lisboa.

Morgan, David L., (1998) *The Focous Group Guidebook*, London, Sage Publications, Focus Group kit 1

Perrenoud, Philippe (1999) *Construir competências desde a escola* Porto Alegre, ARTMED

Perrenoud, Philippe (2001) *Porquê construir competências a partir da escola? Desenvolvimento da autonomia e luta contra as desigualdades*. Porto, ASA Editores, Cadernos do CRIAP, nº28

Ramalho, Maria Helena (2007), “ A Geografia no 3º ciclo do ensino básico e as possibilidades de rentabilização do conceito de “paisagem”, in *Revista da Faculdade de Letras. Geografia. Universidade do Porto*, II Série. Volume I, pp. 57- 85.

Roldão, M.C. (2003) *Gestão do Currículo e Avaliação de competências. A questão dos Professores*. Lisboa. Editorial Presença

Sacristán, J.Gimeno (comp.) (2008) *Educación por competencias, ¿qué hay de nuevo?* Madrid, Morata

Tonkiss, Frank (2008). “ Using Focus Group”, in Seale, Clive, *Researching Society and Culture*, London, Sage Publications, pp.193-205.

Zabala, Antoni., Arnau, Laia (2007). *11 ideas clave Como aprender y enseñar competencias*. Barcelona. Graó.

Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais , ME, DEB, 2001 , p, 122-123

Quadro II a – Das 21 publicadas(ME/DEB), a uma proposta de simplificação funcional

A Localização

- ♥ Comparar representações diversas da superfície da Terra, utilizando o conceito de escala;
- ♥ Ler e interpretar globos, mapas e plantas de várias escalas, utilizando a legenda, a escala e as coordenadas geográficas;
- ♥ Localizar Portugal e a Europa no Mundo, completando e construindo mapas;
- ♥ Localizar lugares utilizando plantas e mapas de diferentes escalas;
- ♥ Descrever a localização relativa do lugar onde vive, utilizando como referência a região do país onde se localiza, o país, a Europa e o Mundo.

O Conhecimento dos lugares e regiões

- ♥ Utilizar o vocabulário geográfico em descrições orais e escritas de lugares, regiões e distribuições de fenómenos geográficos;
- ♥ Formular e responder a questões geográficas (Onde se localiza? Como se distribui? Porque se localiza/distribui deste modo? Porque sofre alterações?), utilizando atlas, fotografias aéreas, bases de dados, CD-ROM e internet;
- ♥ Discutir aspectos geográficos dos lugares/regiões/assuntos em estudo, recorrendo a programas de televisão, filmes, videogramas, notícias da imprensa escrita, livros e enciclopédias;
- ♥ Comparar distribuições de fenómenos naturais e humanos, utilizando planisférios e mapas de diferentes escalas;
- ♥ Ordenar e classificar as características dos fenómenos geográficos, enumerando os que são mais importantes na sua localização;
- ♥ Seleccionar as características dos fenómenos geográficos responsáveis pela alteração das localizações;
- ♥ Realizar pesquisas documentais sobre a distribuição irregular dos fenómenos naturais e humanos a nível nacional, europeu e mundial, utilizando um conjunto de recursos que incluem material audiovisual, CD ROM, internet, notícias da imprensa escrita, gráficos e quadros de dados estatísticos;
- ♥ Seleccionar e utilizar técnicas gráficas, tratando a informação geográfica de forma clara e adequada em gráficos(lineares, histogramas, sectorogramas, pirâmides etárias), mapas (de manchas ou outros) e diagramas;
- ♥ Desenvolver a utilização de dados/índices estatísticos, tirando conclusões a partir de exemplos reais que justifiquem a conclusões apresentadas;
- ♥ Problematizar as situações evidenciadas em trabalhos realizados, formulando conclusões e apresentando-as em descrições escritas e/ou orais simples e ou em material audiovisual;
- ♥ Utilizar técnicas e instrumentos adequados de pesquisa em trabalho de campo (mapas, entrevistas, inquéritos), realizando o registo da informação geográfica;

- ♥ Analisar casos concretos e reflectir sobre soluções possíveis, utilizando recursos, técnicas e conhecimentos geográficos.

O Dinamismo das inter-relações entre espaços

- ♥ Interpretar, analisar e problematizar as inter-relações entre fenómenos naturais e humanos evidenciadas em trabalhos realizados, formulando conclusões e apresentando-as em descrições escritas e ou orais simples e ou material audiovisual;
- ♥ Analisar casos concretos de impacte dos fenómenos humanos no ambiente natural, reflectindo sobre as soluções possíveis;
- ♥ Reflectir criticamente sobre a qualidade ambiental do lugar/região, sugerindo acções concretas e viáveis que melhorem a qualidade ambiental desses espaços;
- ♥ Analisar casos concretos de gestão do território que mostrem a importância da preservação e conservação do ambiente como forma de assegurar o desenvolvimento sustentável.

A localização

- ♥ Comparar representações diversas da superfície da Terra, utilizando o conceito de escala.
- ♥ Ler e interpretar globos, mapas e plantas de várias escalas, utilizando a legenda, a escala, e as coordenadas geográficas.
- ♥ Localizar lugares, Portugal e a Europa no Mundo, utilizando plantas e mapas de diferentes escalas.
- ♥ Descrever a localização relativa do lugar onde vive, utilizando como referência a região do país onde se localiza, o país, a Europa e o Mundo.

O Conhecimento dos Lugares e Regiões

- ♥ Formular questões geográficas pertinentes (...), utilizando atlas, fotografias aéreas, bases de dados, cd-roms e internet.
- ♥ Comparar distribuição de fenómenos naturais e humanos, utilizando planisférios e mapas de diferentes escalas.
- ♥ Discutir aspectos geográficos dos lugares/regiões/assuntos em estudos, recorrendo a programas de TV, filmes, videogramas, notícias de imprensa escrita, livros e enciclopédias.
- ♥ Seleccionar as características dos fenómenos geográficos responsáveis pela alteração das localizações.
- ♥ Analisar casos concretos e reflectir sobre soluções possíveis, utilizando recursos, técnicas e conhecimentos geográficos.
- ♥ Problematizar situações geográficas, formulando conclusões e apresentando-as em descrições escritas e/ou orais simples e/ou em material audiovisual.
- ♥ Realizar pesquisas documentais sobre a distribuição irregular dos fenómenos naturais e humanos e nível nacional, europeu e mundial, utilizando um conjunto de

recursos que incluem material audiovisual, cd-roms, internet, notícias de imprensa escrita, gráficos e quadros de dados estatísticos.

♥ Utilizar técnicas e instrumentos adequados de pesquisa em trabalho de campo (...), realizando o registo da informação geográfica.

♥ Ordenar e classificar as características dos fenómenos geográficos, enumerando os que são mais importantes na sua localização.

♥ Desenvolver a utilização de dados/índices estatísticos, tirando conclusões a partir de exemplos reais que justifiquem as conclusões apresentadas.

♥ Seleccionar e utilizar técnicas gráficas, tratando a informação geográfica de forma clara e adequada em gráficos (...), mapas (...) e diagramas.

O Dinamismo das Inter-relações entre Espaços

♥ Interpretar, analisar e problematizar as inter-relações entre espaços naturais e humanos, formulando conclusões e apresentando-as em descrições escritas e/ou orais simples e/ou material audiovisual.

♥ Analisar casos concretos de impacto dos fenómenos humanos no ambiente natural, reflectindo sobre as soluções possíveis.

♥ Reflectir criticamente sobre a qualidade ambiental do lugar/região, sugerindo acções concretas e viáveis que melhorem a qualidade ambiental desses espaços.

♥ Analisar casos concretos de gestão do território que mostrem a importância da preservação e conservação do ambiente como forma de assegurar o desenvolvimento sustentável.

Maria Helena Ramalho - "A Geografia no 3º Ciclo Básico e as possibilidades de rentabilização do conceito de paisagem" Revista Faculdade de Letras. Geografia. Universidade do Porto. II Série Volume I. 2007, p60

Quadro II b – Guião de Competências específicas (versão simplificada – 19) para o 3º ciclo

Guião de Competências específicas (versão simplificada – 19) para o 3º ciclo	7º ano	8º ano	9º ano
A localização			
a) Comparar representações diversas da superfície da Terra, utilizando o conceito de escala.	X		
b) Ler e interpretar globos, mapas e plantas de várias escalas, utilizando a legenda, a escala, e as coordenadas geográficas.	X	X	X
c) Localizar lugares, Portugal e a Europa no Mundo, utilizando plantas e mapas de diferentes escalas.	X	X	X
d) Descrever a localização relativa do lugar onde vive, utilizando como referência a região do país onde se localiza, o país, a Europa e o Mundo.	X		
O Conhecimento dos Lugares e Regiões			
e) Formular questões geográficas pertinentes (...), utilizando atlas, fotografias aéreas, bases de dados, cd-roms e internet.	X	X	X
f) Comparar distribuição de fenómenos naturais e humanos, utilizando planisférios e mapas de diferentes escalas.	X	X	X
g) Discutir aspectos geográficos dos lugares/regiões/assuntos em estudos, recorrendo a programas de TV, filmes, videogramas, notícias de imprensa escrita, livros e enciclopédias.	X	X	X
h) Seleccionar as características dos fenómenos geográficos responsáveis pela alteração das localizações.		X	X
i) Analisar casos concretos e reflectir sobre soluções possíveis, utilizando recursos, técnicas e conhecimentos geográficos.		X	X
j) Problematicar situações geográficas, formulando conclusões e apresentando-as em descrições escritas e/ou orais simples e/ou em material audiovisual.		X	X
k) Realizar pesquisas documentais sobre a distribuição irregular dos fenómenos naturais e humanos e nível nacional, europeu e mundial, utilizando um conjunto de recursos que incluem material audiovisual, cd-roms, internet, notícias de imprensa escrita, gráficos e quadros de dados estatísticos.	X	X	X
l) Utilizar técnicas e instrumentos adequados de pesquisa em trabalho de campo (...), realizando o registo da informação geográfica.	X	X	X
m) Ordenar e classificar as características dos fenómenos geográficos, enumerando os que são mais importantes na sua localização.	X	X	X
n) Desenvolver a utilização de dados/índices estatísticos, tirando conclusões a partir de exemplos reais que justifiquem as conclusões apresentadas.	X	X	X
o) Seleccionar e utilizar técnicas gráficas, tratando a informação geográfica de forma clara e adequada em gráficos (...), mapas (...) e diagramas.	X	X	X

<p>O Dinamismo das Inter-relações entre Espaços</p> <p>p) Interpretar, analisar e problematizar as inter-relações entre espaços naturais e humanos, formulando conclusões e apresentando-as em descrições escritas e/ou orais simples e/ou material audiovisual.</p> <p>q) Analisar casos concretos de impacto dos fenómenos humanos no ambiente natural, reflectindo sobre as soluções possíveis.</p> <p>r) Reflectir criticamente sobre a qualidade ambiental do lugar/região, sugerindo acções concretas e viáveis que melhorem a qualidade ambiental desses espaços.</p> <p>s) Analisar casos concretos de gestão do território que mostrem a importância da preservação e conservação do ambiente como forma de assegurar o desenvolvimento sustentável.</p>		<p>X</p>	<p><u>X</u></p> <p>X</p> <p>X</p> <p>X</p>
---	--	----------	--

xX – Sequência Gradativa da complexidade e/ou do desenvolvimento da competência

Ramalho, M.H. - "A Geografia no 3º Ciclo Básico e as possibilidades de rentabilização do conceito de paisagem" *Revista Faculdade de Letras. Geografia. Universidade do Porto. II Série* Volume I. 2007, p 6